

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.435 - SP (2020/0273499-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CDC SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS LTDA**  
**OUTRO NOME : CDC QUALIDADE E SERVICOS**  
**ADVOGADO : ETEVALDO VIANA TEDESCHI - SP208869**  
**AGRAVADO : VIA VAREJO S/A**  
**ADVOGADO : FELIPE VARELA CAON - SP407087**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por CDC SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE MÓVEIS - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - Danos materiais, consistentes em investimentos - Comprovação - Inexistência - Cláusula contratual, em que a contratada declara possuir infraestrutura para a execução dos serviços, não sendo necessários investimentos - Danos morais - Ausência de configuração Ação improcedente Recurso desprovido, com observação.

Quanto à controvérsia, alega violação dos arts. 421, 422 e 473, *caput* e parágrafo único, do CC, no que concerne ao contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, trazendo os seguintes argumentos:

Em outras palavras, a recorrida passou a contratar diretamente os montadores da recorrente para prestação serviços diretos, sem o intermédio da recorrente, com isto, visando a diminuição de seus custos e implicando em enorme prejuízo à empresa recorrente, que viu seus funcionários serem contratados e seu negócio ser desestabilizado por uma manobra reprovável adotada pela recorrida.

Desse modo, ao invés de pagar comissão de 8% e 6% sob o valor de serviços, os pagamentos começaram a ser realizados diretamente aos egressos profissionais da recorrente (que foram contratados diretamente pela recorrida), porém, com a comissão menor, qual seja de 5% sob o valor das montagens.

Com a manobra em apreço, a recorrida começou a ser tolhida em seus serviços pois estes passaram a ser repassados diretamente

aos seus antigos profissionais contratados, portanto, a recorrida usurpou a função desempenhada pela recorrente, não se preocupando com os custos e investimentos realizados pela mesma.

Conforme amplamente abordado, devido a excelência nos trabalhos desenvolvidos pela recorrente, sua devida região de atuação em favor da recorrida foi consideravelmente expandido no início da contratação, sendo criada uma malha operacional com inúmeras células para atendimento de toda região, contudo, a recorrida passou a contratar os funcionários da recorrente, usurpando a função daquela, levando-a verdadeira quebra.

Não foi por outro motivo que a empresa recorrida, sem qualquer "motivo", parou definitivamente de encaminhar ordens de serviço a recorrente, sob o pretexto infundado de que não haveria ordens de serviço a serem executados, com isto, não se preocupando com os altos investimentos realizados pela recorrente para atender a demanda de serviço exigida pela recorrida.

Como se vê, não se trata de mera ausência de notificação previa de rescisão de contrato, trata-se, em verdade, de violação dos princípios da probidade contratual e da boa-fé objetiva, bem como da violação aos artigos 421 e 422 do Código Civil, uma vez que a recorrida, além de não guardar os princípios em apreço durante a execução do contrato, alijou toda a operação desenvolvida pela recorrente com a contratação dos funcionários desta, causando prejuízos imensuráveis, tanto de ordem patrimonial, quanto de ordem moral.

[...]

Quanto aos danos materiais é manifestou sua verificação, bem como sua possibilidade de cobrança compreendido pelos valores investidos pela recorrente para consecução dos serviços em favor da recorrida, mormente ao se considerar a quebra contratual por parte desta, que não obstante não se preocupar com os altos investimentos realizados, usurpou a função daquela com a contratação de seus empregados, deixando a recorrente em um mar de dívidas e problemas financeiros, ocasionando verdadeira quebra de fato da recorrente, frise-se, quebra esta ocasionada em razão, única e exclusiva, da conduta da recorrida.

O mesmo se diz acerca dos danos morais pleiteados, pois, as atitudes da recorrida violaram sobre maneira a boa fama e credibilidade antes sustentada pela recorrente, que agora se vê em inúmeras batalhas judiciais e problemas financeiros, tudo ocasionado pela manobra perpetrada pela recorrida, que longe esteve de guardar a boa-fé contratual, conforme restou cabalmente demonstrado. (fls. 558-563).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes

termos:

As partes celebraram contrato de prestação de serviços de fls. 90/105, tendo por objeto a montagem e desmontagem de móveis pela apelante, comercializados pela apelada. Referido negócio jurídico estabeleceu em suas cláusulas 1.1, 1.2, 1.4 e 3. que o contrato teria vigência por prazo indeterminado, devendo ser considerado o prazo de vigência das Ordens de Serviço, de forma que as partes obrigaram-se à prestação de serviços no período de 27/05/2016 a 27/05/2017.

Isto posto, deixando a apelada de emitir ordens de serviço a serem realizados pela apelante, deu causa à rescisão contratual, descumprindo o contrato que prevê na hipótese, notificação prévia de trinta dias, o que não foi realizado.

Entretanto, verifica-se, ainda, das cláusulas contratuais, que inexistente previsão de imposição de penalidade, quer pela rescisão antecipada, quer pela contratação de outros funcionários, inexistindo exclusividade.

[...]

Com efeito, os danos materiais que alega a apelante ter suportado, consistentes em investimentos realizados pela apelante, estão amparados na 'quebra contratual' e na contratação direta de seus empregados.

Contudo, sequer foram comprovados, havendo, ademais, cláusula contratual expressa afastando qualquer responsabilidade da apelada a esse título, além de declaração da apelante de que possuía toda estrutura necessária à execução dos serviços a serem prestados à apelada. Destarte, afigura-se desnecessária a produção de prova testemunhal, visando à confissão da apelada quanto à contratação de funcionários da apelante, bem como a oitiva das testemunhas por ela arroladas, com a mesma finalidade. Assim sendo, não há se falar em cerceamento de defesa.

Por sua vez, os danos morais haveriam de ser efetivamente comprovados, inexistindo comprovação efetiva de reflexo negativo à honra objetiva, como de rigor. Posto isto, descabidas as indenizações pretendidas (fls. 543-545).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 5 do STJ (“A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda reexame de cláusulas contratuais.

Nesse sentido: “E mesmo se superado tal obstáculo, constata-se que a controvérsia foi dirimida pelo Tribunal a quo com base na análise e interpretação de cláusulas contratuais, fato esse que impede o exame da questão por esta Corte, em face da vedação prevista na Súmula n. 5/STJ”. (AgInt no AREsp 1.298.442/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/12/2018.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.639.849/ES, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no REsp 1.662.100/AL, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 17/8/2020; e AgInt no REsp 1.848.711/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente